

23 out 2016 | O Globo

Brasil perde R\$ 240 bilhões por ano com acidentes no trânsito

Presidente da Frente Parlamentar do Trânsito Seguro aponta exigência do exame toxicológico como importante instrumento na redução de acidentes

O Brasil perde anualmente R\$ 240 bilhões com acidentes de trânsito, entre prejuízos materiais e a perda de produtividade decorrentes das mortes e da invalidez das vítimas dos acidentes. São vidas humanas perdidas normalmente em seu ápice produtivo. Uma tragédia que, além do aspecto humano, causa grande prejuízo para a economia do país. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o país gasta, anualmente, cerca de 40 bilhões por conta de acidentes com veículos. Somados aos quase R\$ 200 bilhões com a perda de produtividade dos mortos e inválidos, estimados por recente estudo da Escola Nacional de Seguros, o prejuízo total com os acidentes de trânsito atinge R\$ 240 bilhões por ano. A perda da produtividade é fruto das 42.501 indenizações por morte e 515.751 por invalidez permanente pagas apenas pelo Seguro DPVAT em 2015.

Do montante registrado pelo IPEA em 2014, R\$ 12,3 bilhões são gastos em acidentes nas rodovias federais e o restante em vias estaduais e municipais. Os valores se referem a cuidados com saúde e perda de produção das vítimas devido às lesões ou morte; danos materiais e procedimentos de remoção dos veículos acidentados.

Se comparados ao orçamento de R\$ 19,3 bilhões aprovado em 2015 para o Ministério dos Transportes, por exemplo, os gastos com acidentes automobilísticos no ano são mais que o dobro do que é destinado para a pasta relacionada diretamente com a questão.

Outra comparação estarrufadora: o total de R\$ 240 bilhões gastos com os acidentes e suas conseqüentes perdas de produtividade representam 4% do PIB nacional.

O mesmo levantamento do IPEA aponta que o custo médio por acidente é de R\$ 72 mil e, quando há morte, esse valor pode chegar a R\$ 646 mil. Só no ano de 2015, o trânsito no país matou 42,5 mil pessoas e deixou 515,7 mil gravemente feridas. Ou seja, a cada hora, cinco vidas são perdidas em acidentes automobilísticos e 59 vítimas ficam inválidas.

Esse acúmulo infeliz de números trágicos deixa o Brasil em quarto lugar no ranking mundial de mortes em acidentes automobilísticos, atrás apenas da China, Índia e Nigéria, de acordo com levantamento do Instituto Avante Brasil com dados da OMS, Datasus e PNUD.

Defensor da exigência de exames toxicológicos de larga janela, Rodolfo Rizzotto, coordenador do Movimento SOS Estradas, destaca em particular a situação dramática vivida pelos condutores de veículos de carga. — O caminhoneiro usa a droga, não como o usuário que busca só o prazer de seus efeitos, mas ele a utiliza para manter-se acordado e garantir o seu sustento com jornadas excessivas. E ao usar drogas, também se envolvem com o mundo do crime e muitos começam a fazer parte da logística do tráfico no país. Mais uma consequência nefasta para esses profissionais: aqueles que não utilizam drogas sofrem concorrência desleal dos que usam e empurram o valor do frete para baixo. Segundo o presidente do ITTS, Márcio Liberbaum, as drogas não podem ser fator de aumento de lucratividade para alguns, em detrimento de toda a sociedade e ao custo de milhares de vidas. Este era o cenário nas estradas brasileiras até fevereiro. Com a exigência do exame toxicológico, a partir de março deste ano, o quadro mudou. Dados da PRF apontam que, de março a julho deste ano, o número de acidentes envolvendo caminhões nas estradas federais caiu 38%, saindo de 18.008 para 11.191.

Para o autor da Lei Seca e presidente da Frente Parlamentar do Trânsito Seguro, Hugo Leal (PSB-RJ), a exigência da realização de exame toxicológico de larga janela na concessão e renovação da CNH das categorias C,D e E (para motoristas profissionais de ônibus, caminhões, vans e trailers) tem se mostrado como um horizonte para mudar esse cenário aterrador. — Já é possível ver resultados positivos na redução do índice de acidentes envolvendo veículos de cargas no período

de março a agosto de 2016, comparado ao mesmo período de 2015. A exemplo da Lei Seca, a exigência do exame toxicológico tem se revelado como um importante instrumento na redução de mortes no trânsito, ao prevenir que motoristas, usuários de drogas, dirijam veículos de carga ou de passageiros — avalia.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)